

Para os devidos efeitos, o projecto da operação de alteração do loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos serviços municipais, estará à disposição para quem o pretenda consultar, na Divisão de Apoio às operações Urbanísticas desta Câmara Municipal.

Os interessados devem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, no Gabinete Municipal de Atendimento ou nos serviços de Correspondência, desta Câmara Municipal.

23 de Novembro de 2011. — O Presidente da Câmara Municipal, Eng. António Gonçalves Bragança Fernandes.

305399261

MUNICÍPIO DE MOURA

Aviso n.º 23714/2011

Prorrogação do regime de substituição

Para os devidos e legais efeitos se torna público, que por meu despacho datado de 28 de Outubro de 2011, foi prorrogado o regime de substituição, do Dirigente Intermediário de 3.º Grau da Unidade Orgânica Flexível de Gestão administrativa e Recursos Humanos, Sr. Joaquim José Lopes Cadeirinhas, em face de se encontrar em curso o respectivo procedimento concursal, tendente à nomeação de novo titular.

Mais se torna público que a referida prorrogação foi efectuada ao abrigo do n.º 3 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicado à Administração Local por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho.

7 de Novembro de 2011. — O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Prazeres Pós de Mina.

305333626

Aviso n.º 23715/2011

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/2, torna-se público que na sequência da homologação da lista de ordenação final referente ao procedimento concursal comum para preenchimento de 1 posto de trabalho de Assistente Operacional (Coveiro), aberto por aviso publicado no *Diário da República*, n.º 103, 2.ª série do dia 27 de Maio de 2011, e após negociação da posição remuneratória, nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na redacção dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31/12, foi celebrado contrato de trabalho, em funções públicas, por tempo indeterminado, com o candidato, Fábio José Pinto do Carmo, para a carreira e categoria acima referida, posição 1, nível 1, com efeitos a contar do dia 10 Novembro de 2011.

Mais se torna público que, o período experimental tem início no dia 10 de Novembro de 2011, tem a duração de 90 dias e será avaliado de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (0,60 \times ER) + (0,30 \times R) + (0,10 \times AF)$$

sendo que:

CF — Classificação Final;

ER — Elementos Recolhidos pelo júri;

R — Relatório;

AF — Acções de Formação frequentadas.

10 de Novembro de 2011. — O Director do Departamento Administrativo e Financeiro, Rafael Rodrigues.

305349705

Aviso n.º 23716/2011

Contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 95 de 17 de Maio de 2011, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com efeitos a 16 de Novembro de 2011, para o exercício das funções de Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), com a remuneração correspondente à 1.ª posição, nível 1 da tabela única da

carreira de Assistente Operacional, correspondente a 485.00 €, com os seguintes trabalhadores: Arlete Maria Torrejais Pereira, Ana Maria Guerreiro Soares Pinto, Helena Maria Barrigueta Messias da Silva, Paula Cristina Colaço Pica, Maria de Fátima Agulhas Calero Caro, Mafalda Sofia Roque Pelica Pato, Eduarda Cristina Limpo Palma de Oliveira, Celeste da Conceição Ferro Cortez, Elsa Maria Prazeres Branco, Tatiana Almeida Martins, Maria José Bonito Guerreiro e Iolanda Alexandra Gaspar Pires.

Os referidos trabalhadores ficam sujeitos a um período experimental de 90 dias.

18 de Novembro de 2011. — O Presidente da Câmara, José Maria Prazeres Pós de Mina.

305388512

MUNICÍPIO DE MURÇA

Aviso n.º 23717/2011

Torna-se público, para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, que se encontra em discussão pública o pedido de alteração de licença de loteamento, titulada pelo alvará n.º 08/97, em nome de Joaquim Costa Alves, com o número de identificação fiscal 213040115, com morada no Bairro das Macieirinhas, lote 14, nesta Vila e Concelho de Murça, na qualidade de proprietário do referido lote 14, do loteamento das Macieirinhas, Freguesia de Murça, inscrito na matriz predial da freguesia de Murça sob o artigo 1696 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Murça sob o n.º 206, pelo período de 15 dias, que se inicia oito dias após a publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

Objecto do pedido — Ampliação da área de implantação e de construção, do lote 14, em 45 m².

O processo administrativo, pode ser consultado, todos os dias úteis dentro das horas de normais de expediente, na Secção Administrativa da Divisão do Planeamento e Gestão Urbana da Câmara Municipal de Murça.

As sugestões, reclamações ou observações que, eventualmente, venham a ser apresentadas, devem ser formuladas através de requerimento escrito dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, devendo neste contar a identificação completa, os endereços dos seus autores e a qualidade em que se apresentam, as quais deverão ser entregues na Câmara Municipal, ou remetidas por correio, sob registo.

28 de Novembro de 2011. — O Presidente da Câmara, João Luís Teixeira Fernandes, Dr.

305408487

MUNICÍPIO DE NELAS

Aviso n.º 23718/2011

Torna-se Público que, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e nos termos do n.º 1 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de Abril e na sequência da Lista Unitária de Ordenação Final Homologada dos candidatos no âmbito do Procedimento Concursal de Recrutamento de três postos de trabalho de Assistentes Técnicos, da Carreira Geral de Assistente Técnico, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 32, de 15 de Fevereiro de 2011 e por meu despacho de 23 de Novembro de 2011, após negociação do posicionamento remuneratório, conforme o artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, vai ser celebrado contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, com os trabalhadores: Maria de Fátima Sampaio e Pedro Nuno Silvestre Fonseca, com data a partir de 01 de Dezembro de 2011, iniciando-se também nesta data o período experimental de 180 dias, com a categoria de Assistente Técnico, com a remuneração mensal correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 5 da tabela remuneratória única.

Para os efeitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 73.º da lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, conjugados com o n.º 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o Juri do período experimental é o mesmo do Procedimento Concursal.

28 de Novembro de 2011. — A Presidente da Câmara, Isaura Leonor M. F. Silva Pedro, Dr.ª

305404971